

ÍNDICE GERAL

Apresentação.....7

CONSUMER PROTECTION ONLINE, IN SPECIAL THE
EXPECTED CHANGES TO E-COMMERCE FROM
S-COMMERCE, VR-COMMERCE AND AR-COMMERCE

Alexandre L. Dias Pereira

Introduction.....9

1. S-Commerce (Social Commerce), VR-commerce (Virtual Reality) and AR-Commerce (Augmented Reality).....11

2. The proposals of the Commission concerning consumer's rights for the digital market.....14

Conclusion19

CONCEITO JURÍDICO DE PUBLICIDADE:
CONTRIBUTOS PARA UMA REDEFINIÇÃO

Ana Clara Azevedo de Amorim

1. Introdução.....22

2. Conceito jurídico de publicidade.....23

2.1. Elementos objetivo, subjetivo e teleológico.25

2.2. Dimensão institucional ou corporativa.....30



2.3. Breve referência de direito comparado.	32
3. Comunicação comercial em ambiente digital.	35
3.1. Regime jurídico do comércio eletrônico.....	36
3.2. Irrelevância da remuneração do titular do suporte.	40
3.3. Imputabilidade da mensagem ao anunciante.....	43
4. Considerações finais.	48
Referências bibliográficas.....	49

LA SENTENCIA DEL TRIBUNAL DE JUSTICIA DE LA UNIÓN
EUROPEA DE 20 DE DICIEMBRE DE 2017 (CASO UBER) Y SU
INFLUENCIA EN LA INICIATIVA LEGISLATIVA PORTUGUESA

Araya Alicia Estancona Pérez

I. Introducción.....	58
II. Economía colaborativa, consumo colaborativo y nuevos riesgos en el transporte.	60
1. Consumo colaborativo como subgénero de economía cola- borativa.	60
2. Riesgos derivados de la implantación de sistemas colabora- tivos en el sector del transporte de personas.	64
3. ¿Y si el consumo colaborativo pierde su identidad?.	68
III. Propuesta de reglamentación de los nuevos sistemas de transporte por carretera en el ordenamiento jurídico portu- gués.....	70
1. Reglamentación pionera a nivel europeo: motivación general.	70
2. Análisis de la propuesta impulsada por el legislador portugués..	73
a. Despacho núm. 6478/2016, de 17 mayo, del Gabinete de	

Secretario de Estado Adjunto y de Ambiente y el trabajo posterior.....	77
b. Análisis de Propuesta de Ley núm. 50/XIII, de 22 diciembre 2016: ¿cuáles son los sistemas de transporte afectados?.....	80
IV. Aplicabilidad de la norma y su necesaria reforma siguiendo el mandato europeo.....	83
1. Naturaleza jurídica de la figura UBER en la Unión Europea.....	83
a. Conclusiones del Abogado General en el asunto C-434/15 Asociación profesional Élite Taxi / Uber Systems Spain, S.L.....	84
b. Sentencia del Tribunal de Justicia de la Unión Europea de 20 de diciembre de 2017, Asunto C-434/15 — Asociación Profesional Élite Taxi vs. Uber Systems Spain S.L.....	85
2. Incompatibilidad de la Propuesta de Ley portuguesa con el mandato europeo.....	88
a. Cuestiones a modificar por el legislador português.....	88
b. ¿Cómo afectará a la protección del consumidor?.....	89
V. Conclusiones.....	90
VI. Bibliografía.....	93

POLITICA DE CONCORRÊNCIA, AUXÍLIOS DE ESTADO
E DIREITOS DOS CONSUMIDORES

João Nogueira de Almeida

1. Introdução.....	95
2. Regras da concorrência e organização da atividade económica na União Europeia.....	98
3. A proteção da concorrência na União Europeia. A escolha	



do critério de apreciação.	99
4. Conclusão.	111
Bibliografia.....	112

O DIREITO DE ARREPENDIMENTO NOS CONTRATOS
ELETRÔNICOS DE CONSUMO COMO FORMA DE EXTINÇÃO DAS OBRI-
GAÇÕES. UM ESTUDO DE DIREITO COMPARADO LUSO-BRASILEIRO

João Pedro Leite Barros

1. Introdução e delimitação do tertium comparations.	117
2. O direito de arrependimento no ordenamento português.....	119
2.1. Definição	119
2.2. Regime jurídico do direito de arrependimento	12
2.3. Efeitos do contrato na pendência do prazo para o exercí- cio do direito de arrependimento.	128
2.4. Efeitos do exercício do direito de arrependimento.	137
2.5. Prazo e modo de exercício do direito de arrependimento. ...	141
2.7. Exceções ao direito de arrependimento.	149
2.8. Abuso do direito e sua importância no direito de arrenpen- dimento	150
3. O direito de arrependimento no ordenamento brasileiro.	155
3.1. Positivção no código de defesa do consumidor.	155
3.2. Regime jurídico do direito de arrependimento.	158
3.3. Efeitos do contrato na pendência do prazo para o exercí- cio do direito de arrependimento	162

3.4. Efeitos do exercício do direito de arrependimento.	164
3.5. Prazo e modo de exercício do direito de arrependimento. ...	167
3.6. Deveres pré-contratuais de informação no código de defesa do consumidor e o direito de arrependimento.	170
3.6.1. Deveres pré-contratuais de informação no decreto n.º 7.962/2013 E na lei n.º 12.965/2014 e o direito de arrependimento	173
3.7. Exceções ao direito de arrependimento.	176
3.8. Abuso do direito e sua importância no direito de arrependimento.	178
4. Conclusão.	180

O CONCEITO DE CONSUMIDOR NO DIREITO PORTUGUÊS

Jorge Morais Carvalho

1. Introdução.....	185
2. Conceitos de consumidor.	186
3. Elementos do conceito de consumidor.	192
3.1. Elemento subjetivo.	193
3.2. Elemento objetivo.....	194
3.3. Elemento teleológico.	196
3.4. Elemento relacional.	209
4. Alegação e prova da qualificação como consumidor.	213
5. Conclusão.	217
Bibliografia.....	219



RESPONSABILIDADE CIVIL DO PRODUTOR E NEXO
DE CAUSALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES

Mafalda Miranda Barbosa

1. Introdução.....	234
2. O regime da responsabilidade civil do produtor (breve ex- curso). Causalidade adequada e condicionalidade. A pro- babilidade do surgimento do dano.	239
3. As críticas à teoria da <i>conditio sine qua non</i> e à teoria da causalidade adequada.	245
4. Uma perspectiva imputacional do problema causal	257
5. Consequências do entendimento imputacional.	268

OBRIGAÇÃO GERAL DE SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE CIVIL

Mafalda Miranda Barbosa

1. Introdução.....	274
2. A génese e a evolução da obrigação geral de segurança. Os interesses subjacentes à sua consagração.	275
3. Os pilares fundamentais do regime da obrigação geral de segurança.	280
3.1. O âmbito de aplicação da “obrigação geral de seguran- ça”	280
3.2. A obrigação geral de segurança e as obrigações que a rodeiam	288
a) A obrigação geral de segurança.	288
b) Obrigação de informação.	295
c) Obrigação de acompanhamento do produto.....	299

3.3. O sistema RAPEX.	300
3.4. A violação da obrigação geral de segurança.	302
a) A obrigação geral de segurança e a segunda modalidade de ilicitude extracontratual. Considerações gerais.	302
b) A obrigação geral de segurança e a questão da dificuldade de identificação do lesante.	323
c) A obrigação geral de segurança e a imputação nos casos de danos causados por um consumidor a terceiro.	324
4. Obrigação geral de segurança e responsabilidade do produtor.	330
5. A lógica da precaução.	336

OBRIGAÇÕES DE DINHEIRO (OBRIGAÇÕES
MONETÁRIAS) E OBRIGAÇÕES DE BITCOINS

Paulo Duarte

1. A questão.	343
2. Um conceito sistémico-funcional de dinheiro	344
3. A unidade monetária como elemento nuclear de qualquer sistema monetário.	348
3.1. Caracterização geral.	348
3.2. As funções da unidade monetária.	352
4. Os suportes monetários e as suas funções.	358
5. Obrigações monetárias (ou obrigações de dinheiro), obrigações de valor e obrigações pecuniárias.	360
6. O sistema (monetário) Bitcoin e as obrigações (monetárias) denominadas em bitcoins.	366



6.1. Aspectos tecnológicos.....	366
6.2. Aspectos monetários: os elementos do sistema monetário	
Bitcoin.	372
7. Conclusão.	377

WAP BILLING: PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Pedro Falcão

I. Introdução.....	383
II. O Negócio.	386
III. Os Problemas.....	388
IV. Propostas de Solução.	391
1) Falta da Vontade de Acção.	391
2) Representação sem poderes.....	396
3) Dever de Informação.	401
4) Alteração à Lei das Comunicações Electrónicas.....	407
V. Conclusões.	409
Bibliografia.....	410

O NOVO REGIME DO CRÉDITO AOS CONSUMIDORES PARA IMÓVEIS DE HABITAÇÃO

Sandra Passinhas

1. A Diretiva 2014/17/UE e a definição de um quadro regulatório comum para o crédito aos consumidores.....	415
2. O Decreto-Lei n.º 74-A/2017 de 23 de junho.....	428
a) Âmbito de aplicação.....	432

b) Obrigações para os mutuantes	435
i) Política de remuneração.....	435
ii) Conhecimentos e competências.....	438
iii) Comunicação comercial e publicidade.....	440
iv) Práticas comerciais proibidas.....	444
3. O contrato de mútuo hipotecário	446
a) A preparação do contrato de crédito.....	446
i) Informação e práticas prévias à celebração do contrato de crédito.....	446
ii) Avaliação da solvabilidade do consumidor.....	459
iii) Avaliação dos imóveis	468
iv) Aprovação do contrato de crédito pelo mutuante e aceita- ção pelo mutuário.....	469
b) O contrato de crédito	472
c) Vicissitudes no cumprimento do contrato de crédito.....	478
i) Reembolso antecipado.....	478
ii) Renegociação.....	481
iii) Vicissitudes no cumprimento do contrato de crédito.....	482
4. Considerações finais: regime de tutela e aspectos proces- suais e procedimentais	484

